

ECONOMIA BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA¹

Rodrigues Nascimento da Conceição²

RESUMO: Este artigo expõe sobre a economia brasileira numa abordagem histórica, traduzindo os principais acontecimentos e seus diversos fatores que influenciaram e contribuíram para o processo de evolução de novas estruturas econômicas, políticas e sociais, ao mesmo tempo em que será possível identificar diversas causas e efeitos destas transformações, assim como observar as demais contribuições para o progresso do país.

PALAVRAS-CHAVE: economia, história, desenvolvimento.

ABSTRACT: *This article expounds on the Brazilian economy in a historical approach, reflecting the main events and its various factors that influenced and contributed to the evolution process of new economic structures, political and social, while it is possible to identify various causes and effects of these changes, as well as other contributions to observe the progress of the country.*

KEYWORDS: *economics, history, development.*

Introdução:

O presente artigo visa analisar o processo de evolução, abordando os principais fatos que constituíram a história da economia brasileira.

Os objetivos: Revelar a história da economia brasileira com fundamentação na busca de criar um novo cenário de pesquisa que possa servir como fonte de inspiração ou material para outros pesquisadores e pessoas interessadas, além de diagnosticar algumas deficiências encontradas nos mecanismos econômicos da época, para que a partir deste ponto, servir como referência para uma análise comparativa na busca de soluções.

A princípio, discutimos os detalhes do Processo de Substituição de Importações, destacando a crise do café, em 1930, e seus impactos no mercado

¹ Adaptação do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para obtenção do Título de Bacharel em Administração, à Faculdade do Litoral Sul Paulista – FALS, sob a orientação da Prof^a. Me.Claudia K. Barbosa

² Graduado em Administração pela Faculdade do Litoral Sul Paulista (FALS)

externo, e o Plano de Metas proposto por Juscelino Kubitschek. Em seguida são abordados a crise política de 1962-1967, quando o governo de João Goulart demonstrou fragilidade diante das forças militares, ocasionando na tomada do governo; o Programa de Ação Econômica do Governo, o PAEG, proposto pelo governo militar na tentativa de combate à inflação e suas reformas institucionais.

No terceiro capítulo são descritos os principais acontecimentos da década de 70, como o crescimento acelerado da economia e o II PND, uma nova medida para uma renovação estrutural bem sucedida, porém inadimplente, do ponto de vista da política econômica da época.

Na quarta parte apresentamos as crises que marcaram a década de 1980, especialmente, o período de grande recessão brasileira causado pelos desequilíbrios das economias externa e interna. Somado a esta crise, ocorre também a crise da dívida externa, quando os juros sobre o capital estrangeiro tomado pelo Brasil começaram a se acumular.

No quinto capítulo, descrevemos os diversos programas de estabilização econômica propostos pelos governos brasileiros entre as décadas de 80, mais precisamente, a partir do ano de 1985, anos 90 e até os dias atuais.

E, no capítulo seis, as considerações finais sobre o assunto em questão.

1. O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

O período de 1929 a 1933 foi marcado por uma grave crise econômica que desestabilizou todo o mecanismo econômico mundial, tendo provocado diversas modificações em grandes escalas políticas, econômicas e sociais. O período de crise fez com que a principal fonte de renda nacional, o agronegócio, ou agricultura de exportação, sofresse os impactos da baixa dos preços e logo o setor começou a demonstrar os sintomas, causando diversos desajustes econômicos e variações cambiais. Já não era possível manter grandes investimentos no setor agrícola, tendo em vista que essa atividade já não sustentava a escala macroeconômica. Além disso, houve um declínio no nível de importações e a demanda por bens industrializados era uma realidade.

Foi em meio a este cenário que o governo nacional decidiu implantar uma nova política econômica para reestruturar os níveis de atividades internas e se fortalecer diante dos mercados internacionais.

O PSI (Processo de Substituição de Importações) surgiu como uma solução caracterizando uma estratégia do governo para desviar os rumos da economia nacional, saindo de uma posição de mercado agroexportador, para atender o mercado interno. Os pilares do PSI tinham caráter protecionista e de controle de exportações. Sua estrutura estava retratada numa filosofia nacionalista, de desenvolvimento interno e independente do mercado externo. Essa nova visão econômica partiu da necessidade de se recuperar da crise, que estimulava a queda dos preços de exportação e desestruturava o poder econômico do país. Na prática, o PSI consistia em alavancar o processo de industrialização, transformando-o em prioridade para o desenvolvimento socioeconômico. O modelo de desenvolvimento obedecia a uma sequência lógica (VASCONCELOS, GREMAUD e TONETO JÚNIOR, 1996, p. 176-177):

I. Estrangulamento externo - a queda do valor das exportações com manutenção da demanda interna, mantendo a demanda por importações, gera escassez de divisas;

II. Desvaloriza-se a taxa de câmbio, aumentando a competitividade e a rentabilidade da produção doméstica, dado o encarecimento de produtos importados;

III. Gera-se uma onda de investimentos nos setores substituidores de importações, produzindo-se internamente parte do que antes era importado, aumentando a renda e conseqüentemente a demanda;

IV. Observa-se novo estrangulamento externo, dado que parte dos investimentos e do aumento da renda se traduziram em importações, retomando-se o processo.

Os ajustes no processo de substituição de importações se faziam cada vez mais presente conforme o tempo se passava. Porém, cabia ao governo, controlar as ações do PSI com bastante cautela, tendo em vista que já eram previsíveis as

dificuldades estruturais para se implementar um programa como esse, como por exemplo, tendências ao desequilíbrio externo, aumento da participação do estado na estruturação de apoio, elevação no grau de concentração de renda e a escassez de fontes de financiamento

1.1 A crise de 1930

A crise de 1930, também conhecida como a Grande Depressão, ocasionou na quebra da Bolsa de Nova York. Foi classificada como a maior crise econômica da história, onde os níveis de atividade econômica de quase todos os países do mundo foram afetados, incluindo o Brasil, país que tinha como base de sua economia, a produção e a exportação da cultura agrícola, em especial, a exploração de café, que predominou até o fim da depressão.

Com o início da crise o setor agrícola teve suas atividades duramente afetadas pelo simples fato do desequilíbrio no mercado externo, tendo em vista a problemática da exportação de café, o principal fator econômico da época.

1.1.1 A crise do café e seus impactos na economia

O fato se explica pelo poder expressivo da agricultura no Brasil e o aumento dos investimentos no mercado do café, o principal produto de exportação nacional da época. Ironicamente, foi esse o principal fator da crise nacional que ocorreu em 1930.

Esta atividade era tida como a principal fonte de renda nacional desde o século XIX, mais precisamente, em 1840, quando se concretizou sua expansão, porém dependia do bom desempenho das exportações para que se obtivesse sucesso. A partir de 1929, inicia-se a baixa nas exportações devido ao início do período de depressão e a economia já sentia os sintomas causados pela crise mundial. No entanto, a crise brasileira no período da Depressão, não foi causada por fatores internos ou externos isoladamente.

Entre 1925 e 1929, segundo Lacerda *et al* (2010), o nível de produção de café cresceu o equivalente a 100%, enquanto as exportações se mantiveram estáveis em dois terços deste total, ou seja, na medida em que crescia o nível de

exportações, os níveis de estoques também se elevavam nas mesmas proporções. Em 1929 o país produzia o equivalente a 28,94 milhões de sacas, registrando o total de 14,28 milhões de sacas exportadas, menos da metade do que produzia, mesmo com o crescimento 35% da renda *per capita* dos Estados Unidos, principal mercado comprador (FURTADO, 1980, *apud* LACERDA *et al*, 2010, p.73).

A problemática se estabelece pelo fato do Brasil está registrando uma alta nos níveis de estoques e a restrição da absorção do mercado externo. A produção tende a crescer, mas sem o capital gerado pelas vendas externas, a economia sofreria sérios danos, pois faltariam recursos para reinvestimentos no setor, além da questão do desemprego das pessoas que nele estão inseridas, sem falar nas condições de apropriação do produto.

O problema do café requeria medidas emergenciais para superar o período da crise. Na tentativa de reduzir os prejuízos dos cafeicultores, inicialmente, foi adotada como uma medida provisória, a utilização de elementos consistentes das bases do convênio firmado entre a burguesia do café e o governo de Rodrigues Alves, e teve continuidade no governo de Afonso Pena, que ficou conhecido como Convênio de Taubaté, de 1906, caracterizado em um mecanismo protecionista que garantia a renda dos cafeicultores e as metas de investimento no setor. Este recurso seria o fator de depreciação da moeda nacional, baseado no plano de sustentação do preço do café, cujo objetivo, além de restabelecer a ordem econômica, era preservar os níveis de emprego e renda provindos da produção (LACERDA, *et al*, 2010). Porém, ainda segundo Lacerda, havia limites cambiais que não se permitiam ir tão adiante. Este foi o primeiro plano de valorização do café³ que consistiu em empréstimos de 15 milhões de libras e a criação da caixa de conversão, mecanismo de estabilidade de taxas de câmbio (FURTADO, 1988). A idéia era empregar parte deste capital na compra dos estoques excedentes, como uma medida corretiva, porém sem sucesso, pois a produção crescia aceleradamente e os níveis de estoques acompanhavam esse crescimento.

A crise se agravou ainda mais devido ao fato dos níveis de estoques atingiram seu ponto máximo em 1933. Ao governo já não cabiam medidas para manter uma política de proteção ao setor, considerando o fato de que, em

dezembro do ano de 1930, as reservas de ouro do governo nacional estavam totalmente esgotadas. Os cafeicultores, desta vez sem o apoio governamental, se encontram num novo dilema envolvendo a problemática do café: quais seriam, então, os recursos cabíveis aos produtores? A questão principal se concentrava na colheita ou no abandono das lavouras, não havendo como financiar a produção. Se colhessem o café, não haveria também como manter os estoques. O destino da cafeicultura

mais uma vez estava atrelado às medidas de redução cambial, devido ao fato de que o país ainda tinha sua economia baseada no setor agrícola. A tabela abaixo mostra a redução relativa nas atividades ligadas à exploração do produto:

Tabela 1 - Preço de exportação do café

| | 1929- 1930 | 1931- 1934 | Variação (%) |
|--|---------------|---------------|--------------|
| Preço (cotação nacional em U\$/Libra) | 0,225 | 0,08 | -64,44 |
| Preço (cotação americana em U\$/Libra) | 0,479 | 0,328 | -31,52 |
| Exportação (por Libra) | 4,71 | 1,8 | -61,78 |

Fonte: LACERDA (2010, p.74)

Com a redução dos preços, a alternativa mais viável aos produtores seria aumentar os volumes de exportações em 25% ao longo do período de crise. Já o governo, sentindo a dificuldade de se restabelecer a ordem no setor, encontrou como solução, financiar os excedentes da produção com capital provindo das exportações, para logo depois, queimar os estoques como forma de preservar a economia e evitar uma pressão maior dos mercados externos (LACERDA *et al*, 2010).

Diante desta realidade coube ao novo governo adotar outra estratégia para alavancar a economia, desta vez não voltada exclusivamente para o setor agrícola:

A depressão no mercado internacional de café logo se fez sentir e os preços vieram abaixo. Isto obrigou o governo intervir fortemente, comprando e estocando café e desvalorizando o câmbio com o objetivo de proteger o setor cafeeiro e ao mesmo tempo sustentar o nível de emprego, de renda e de demanda. Ficava, porém, claro que a situação da economia brasileira, dependente das exportações de um único produto agrícola, era insustentável (VASCONCELLOS; GREMAUD; TONETO JUNIOR, 1996, p.176).

1.2 O Plano de Metas

Durante a grande depressão de 1930, enquanto quase todos os países do mundo tiveram suas economias comprometidas, a União Soviética, ditado por seu regime socialista, obtinha um bom desempenho econômico sustentado pelo desenvolvimento industrial, tendo um significativo aumento dessas atividades numa proporção de 5% para 18% em apenas nove anos, em relação a toda produção mundial (HOBSBAWN, 1995 *apud* LACERDA *et al*, 2012, p. 95). A partir de então, iniciaram-se diversas pesquisas voltadas para planejamentos dentro dos países capitalistas, com o objetivo de melhor administrar seus recursos econômicos e produtivos. Deu-se início então o Plano de Metas, que assim como o PSI, foi um projeto voltado para o desenvolvimento industrial e econômico, mas com algumas particularidades, como o valor dado às entradas de capital estrangeiro, por exemplo. Foi implantado no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), baseado nos estudos elaborados pelo Grupo Misto, BNDE-CEPAL e os apontamentos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU). O sucesso para um bom planejamento seria a eliminação dos pontos de estrangulamento, readequação da infraestrutura e a criação de incentivos para a entrada de capital estrangeiro para o desenvolvimento de novos setores, atendendo a necessidades financeiras e de desenvolvimento tecnológico interno.

O Plano de Metas se caracterizava por divisões de cinco setores, com trinta e uma metas no total, incluindo a meta-síntese, que seria a construção de Brasília. As metas estavam distribuídas da seguinte forma:

Quadro 1 - Plano de metas setoriais

| Setor | Metas |
|-------|-------|
|-------|-------|

| | |
|--------------|---|
| Energia | Elétrica, nuclear, carvão mineral e produção e refinação de petróleo |
| Transporte | Compreendia à revitalização e construção de estruturas rodoviária e ferroviárias, serviços portuários e drenagem, marinha mercante e transporte |
| Alimentação | Trigo, silos, armazéns frigoríficos, matadores industriais, agricultura mecanizada e fertilizantes |
| Educação | Formação de pessoal técnico |
| Meta-síntese | Construção de Brasília |

Fonte: FURTADO (1988, p. 165-166)

A execução do plano foi dividida em três grupos, responsáveis pela administração setorial: O Conselho Nacional de Desenvolvimento, ao qual cabia a formulação e execução de políticas de desenvolvimento nacional; os grupos de trabalho, órgão de acessória com experiência técnica em planejamento, com grande parte dos membros provindos do CMBEU, BNDE-CEPAL e da Fundação Getúlio Vargas (FGV); e os grupos executivos, que tinham sua composição por elementos categorizados de órgão públicos, que tinha a função de executar as políticas propostas pelo conselho.

Apesar de algumas metas não demonstrarem um avanço significativo, como o carvão mineral, prejudicado pelo uso mais constante do *diesel*, e as restrições ferroviárias, com desajustes físicos e técnicos, Furtado (1988) afirma que os resultados atenderam às expectativas previstas anteriormente, principalmente no setor automobilístico e na marinha mercante que apresentaram resultados além da expectativa. Enfatizou também o sucesso da construção e pavimentação de estradas interligadas à Capital Federal, agora em Brasília, originando ampla interligação e fortalecendo a imagem de nação integrada, além do positivo incentivo de produção automobilística interna.

Mas nem tudo foi tão positivo durante a implantação do plano. No ano de 1958, a industrialização se deparou com o surgimento de uma nova crise econômica com o aumento da inflação e os altos níveis de financiamentos no setor público com uso de capital estrangeiro, aumentando ainda mais a dívida externa em pleno período de ascensão do desenvolvimento da indústria nacional. Desta vez o causador da crise não foi um fator externo, mais sim, problemas relacionados ao próprio planejamento e políticas de desenvolvimento, como aponta Brum (1996, p.100): “O problema, no Brasil, é que os instrumentos públicos de controle do processo inflacionário têm se mostrado insuficientemente adequados e pouco eficazes”.

Apesar de a crise representar uma ameaça presente para o desenvolvimento econômico do país, os efeitos do planejamento administrativo, por outro lado, elevavam o valor do produto interno bruto, que apresentou índices de crescimento muito satisfatórios:

Tabela 1 - Taxa de crescimento do produto (1955-1961) em %

| Ano | PIB | Indústria | Agricultura | Serviço |
|------|------|-----------|-------------|---------|
| 1955 | 8,8 | 11,1 | 7,7 | 9,2 |
| 1956 | 2,9 | 5,5 | -2,4 | 0,0 |
| 1957 | 7,7 | 5,4 | 9,3 | 10,5 |
| 1958 | 10,8 | 16,8 | 2,0 | 10,6 |
| 1959 | 9,8 | 12,9 | 5,3 | 10,7 |
| 1960 | 9,4 | 10,6 | 4,9 | 9,1 |
| 1961 | 8,6 | 11,1 | 7,6 | 8,1 |

Fonte: IBGE *apud* VASCONCELOS, GREMAUND E TONETO JÚNIOR (1996, p.181)

A partir dos dados apresentados é possível observar o grande avanço do setor industrial em relação ao setor agrícola. Esta posição concretiza a proposta do Plano de Metas, que seria o estímulo ao desenvolvimento mais voltado para um cenário economicamente em potencial, ao contrário de se manter como uma nação subdesenvolvida e dependente da economia externa.

2. A CRISE DE 1962-1967 E O PAEG

A década de 60 foi marcada pelas fortes crises decorrentes dos excessos herdados do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, sendo, a partir de 1962, a primeira grande crise econômica após o desenvolvimento da indústria. Neste período foram registrados baixos índices de desempenho do PIB, além de uma pequena desaceleração no desenvolvimento nacional. Tais acontecimentos geraram mudanças bastante significativas nos cenários socioeconômico e político brasileiros. O que tornaria ainda mais difícil a situação na qual o país se encontrava, seria a agravante crise política envolvendo partidos de estilo populista e classes conservadoras, formadas por grupos capitalistas, semifeudais e a burguesia industrial. Portanto, é possível afirmar que a crise de 1962 não foi ocasionada por fatores isolados, mas sim, por um conjunto de eventos relacionados às estruturas e conjuntura econômicas e a instabilidade política da época. Em meio a esses fatores de instabilidade, o governo continuava na tentativa de conter a inflação que persistia desenfreadamente, enquanto as questões políticas eram discutidas e decididas conjuntamente com grupos políticos parlamentares.

2.1 Crise política e o plano trienal de Celso Furtado

O foco da crise política brasileira na década de 1960, do ponto de vista sociopolítico e econômico, desencadeia uma nova questão sobre o que seria melhor para o desenvolvimento do Brasil. Surgem assim, duas filosofias nacionalistas: o reformismo e o conservadorismo. Esses dois pensamentos causaram diversas manifestações, não só populares, mas também nas discussões travadas entre as políticas de esquerda e de direita da época. Tratava-se de um confronto ideológico e pacífico, isso pelo menos até a precoce renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, sendo substituído pelo seu vice, João Goulart. Jânio Quadros, que era de partido de Direita e que esteve no poder por um curto período de apenas sete meses, não chegou a impor um ritmo de desenvolvimento, porém chegou a propor algumas medidas para estabilização econômica, direcionada mais uma vez para a desvalorização da moeda, unificação da taxa de câmbio e suspensão do subsídio à importação. Conseguiu

também, o apoio do FMI na renegociação dos financiamentos de curto prazo. Já o Sr. João Goulart, por sua vez, teve o apoio das massas trabalhadora e sindical, ao aprovar as chamadas reformas de base, dando início a uma política populista. Porém, sua participação no governo foi comprometida por vetos militares, impossibilitando qualquer reação em relação às medidas governamentais de combate inflacionário. Furtado (1988) destacou este como o período de retratação ao qual se explicava os baixos níveis de atividade e aceleração do quadro inflacionário.

Em meio a tudo isso o Governo deveria concentrar sua atenção na taxa de inflação do país, a qual requeria medidas de combate imediatas. Sendo assim, Celso Furtado, economista estruturalista, teórico e Ministro Extraordinário para Assuntos do desenvolvimento Econômico, propôs ao governo no final de 1962 um plano de ação anti-inflacionário. Este plano foi chamado de Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social para o Período de 1963/1965, que ficou mais conhecido como plano Trienal, que consistia em política de contenção de gasto público e liquidez. Furtado (1988) chama a atenção, não só para sua importância econômica, mas também para seu caráter social, destacando como objetivos principais, o restabelecimento do crescimento do PIB, a criação de planos de desenvolvimentos regionais e reformas das estruturas agrárias, fiscal, bancária e administrativa. Apesar da expectativa, houve resistência por parte dos trabalhadores assalariados e intervenção dos sindicatos e políticas de base de apoio do governo, pois alegavam as dificuldades econômicas mediante a pressão causada pela contração monetária para a classe trabalhadora. Diante desse ambiente de constante pressão o fracasso era iminente (LACERDA, 2010, p.112): “A tentativa de estabilização fracassou e provocou o crescimento do PIB *per capita*: a economia cresceu 6,6% em 1962, mas apenas 0,6% em 1963, com a inflação anual de 83,25%.” A situação piorou com a saída de Celso Furtado do governo, somado ao crescimento ainda mais acentuado da inflação e a conturbação política que atingia o governo. Este foi considerado um período de insegurança, onde já era possível notar certa insuficiência administrativa, os capitalistas estavam se retraindo e havia planos iniciados e inacabados. A conclusão de todo este contexto foi a Revolução de 64, quando ocorreu a tomada

do poder pelos militares, comandado pelo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco caracterizado como um Golpe de Estado. O que se viu na verdade foi uma vitória da direita que apoiava amplamente a derrubada do governo e o fim do populismo.

2.2 PAEG - medidas de combate à inflação

A inflação, para melhor entendimento, é um fenômeno relacionado diretamente ao aumento dos preços. Para Rossetti (2003, p.695) trata-se de uma situação relacionada à variação do valor da moeda caracterizado como: "(...) Uma alta generalizada dos preços de bens e serviços, expresso pelo padrão monetário corrente. A alta que varia de país para país e de época para época, implica desvalorização da moeda em relação aos demais ativos". Apesar da diversidade de causas argumentadas e definidas por estudiosos estruturalistas, monetaristas e keynesianos a respeito da inflação, entende-se que este fenômeno impacta no preço por influência de diversos fatores, tais como alta procura, alta oferta de produtos, altos custos de produção, condição da estrutura econômica, entre outros fatores (CARDOSO, 1991).

Tabela 1 - Produto e Inflação: 1961-1968 (%)

| Ano | Crescimento do PIB | Crescimento Produção Industrial | Inflação IGP-DI |
|------|--------------------|---------------------------------|-----------------|
| 1961 | 8,60 | 11,10 | 33,20 |
| 1962 | 6,60 | 8,10 | 49,40 |
| 1963 | 0,60 | -0,20 | 72,80 |
| 1964 | 3,40 | 5,00 | 91,80 |
| 1965 | 2,40 | -4,70 | 65,70 |
| 1966 | 6,70 | 11,70 | 41,30 |
| 1967 | 4,20 | 2,20 | 30,40 |
| 1968 | 9,80 | 14,20 | 22,00 |

Fonte: Abreu (1990 *apud* Kerecki e Santos, 2009, p. 183). Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>. Acesso em 02/04/2012.

Assim como na definição de Cardoso, no contexto da economia brasileira a inflação não se apresentou diferentemente. Com base nos estudos de Kerecki e Santos (2009, p. 183) no período de 1962 a 1967, o PIB chegou a apresentar

déficits de menos de 1%, com decréscimos também no setor de produção industrial e altos níveis de inflação, que já vinha crescendo acentuadamente e chegou ao alarmante índice de 91,8% em 1963.

O fato é que a inflação se mostrava cada vez mais intensa, o que obrigaria às forças governamentais a criar uma nova medida para combatê-la. Após a tomada do poder pelos militares, em 1964, foi proposto o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que se caracterizava como uma política desenvolvimentista direcionada à estabilização e transformações institucionais, desta vez conduzida pelo poder militar. A elaboração do projeto ficou por conta do Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica, grupo de apoio do governo recém-criado por ordem do presidente da época, o marechal Castelo Branco, que era composto e liderado pelo ministro do Planejamento, Roberto Campos, e o pelo ministro da Fazenda, Octávio Gouveia de Bulhões.

Entre os objetivos do PAEG, o foco estaria nas medidas de curto prazo, como acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país interrompido no biênio 1962 e 1963, e conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio de preços a partir de 1966. Lacerda (2010) aponta como uma das prioridades imediatas, o equilíbrio externo com a normalização das relações com os organismos financeiros internacionais. Porém, para atingir essas finalidades, seria necessária uma reestruturação nas políticas monetárias para que houvesse compatibilidade com os objetivos da progressiva estabilização dos preços, sem afetar negativamente o nível de atividade produção e não comprometendo a capacidade de poupança das empresas. O governo, então, deveria estabelecer linhas de créditos na proporção do aumento dos preços, oferecer facilidades suplementares para setores que precisassem de estímulo para desenvolver e dar suporte para o desenvolvimento da classe empresária nacional por meios de medidas, para que assim, tivessem condições de competir com os empresários estrangeiros. Mas, a avaliação do PAEG como plano de desenvolvimento foi eficaz? Pode-se dizer que sim, pois, para Vasconcellos, Gremaud e Toneto Junior (1996, p.191): “A política adotada pelo PAEG obteve grande êxito na redução das taxas inflacionárias e em preparar o terreno para a retomada do crescimento”. Lacerda (2010) concorda, apontando

os favoráveis índices de redução da taxa inflacionária, que era de 90% em 1964, e baixou para menos 30%, obedecendo à ordem de 20% ao ano, além do importante desenvolvimento da estrutura econômica baseada num conjunto de reformas institucionais.

Por outro lado, Brum (1996) critica a imposição de força por parte do governo, ocasionando em maior arrecadação de impostos e a consequente redução da renda dos trabalhadores, e aponta outros aspectos negativos à política de curto prazo:

A implantação do plano de estabilização econômica provoca perdas em todos os setores econômicos do país, pela retratação da produção e dos negócios, falência de empresas nacionais e transferência de dezenas delas para o controle do capital estrangeiro, e traz elevados custos sociais pela redução dos salários e aumento do desemprego. (BRUM,1996, p.157)

Sendo assim, o que se observa é que não houve uma efetiva avaliação do PAEG quando analisado como um todo. O programa foi essencial ao desenvolvimento do conjunto estrutural econômico, apesar de não haver atendido às expectativas do desenvolvimento social. No entanto, possibilitou o progresso para um novo rumo da economia brasileira, que logo ficaria conhecido como o Milagre Econômico Brasileiro.

2.3 Reformas institucionais do PAEG

Para que fosse eficaz o PAEG deveria atribuir a suas prioridades algumas reformas institucionais. O ponto básico observado é que a ausência de correção monetária em meio a altas taxas inflacionárias desencadeava diversos problemas, tais como: baixo nível de poupança para o abastecimento do sistema financeiro, causada pela restrição da taxa nominal de juros em apenas 12% ao ano; desequilíbrio no setor imobiliário devido a queda na aquisição de imóveis e o consequente enfraquecimento da construção civil; e a desordem no sistema tributário ocorrida pelos atrasos dos pagamentos, já que não havia um esquema monetário eficaz.

Assim, o programa instituiu três principais reformas: a reforma tributária, a reforma monetária e financeira, e a reforma no setor externo.

2.3.1 A Reforma Tributária

Esta visava aumentar a arrecadação e reparar as falhas no setor tributário para fortalecer a estrutura de desenvolvimento econômico. Sua ação consistiu na modificação no formato do sistema tributário. Foram criados novos mecanismos de arrecadação tributária para os setores de produção e comércio, como o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), o ICM (Impostos sobre Circulação de Mercadorias) e o ISS (Imposto Sobre Serviço). A responsabilidade de aplicação destes impostos foi distribuída entre as diversas esferas do governo, dimensionados adequadamente com o objetivo de favorecer os estados mais pobres, além de eliminar a guerra fiscal. Criaram-se vários fundos parafiscais visando a geração de poupança, como o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), o PIS (Programa de Integração Social) e a chamada inflação corretiva que, segundo Vasconcellos, Gremaud e Toneto Junior (1996, p.187), trata-se de: “(...) uma política de realismo tarifário, que tornou as empresas estatais geradoras de excedentes líquidos de recursos.”

2.3.2 A Reforma Monetária e Financeira

Esta reforma funcionaria como meio organizado de distribuição monetária, de modo a injetar adequadamente os recursos de acordo com as necessidades da economia e garantir uma sólida estrutura bancária. Esta reforma foi dividida em quatro grupos de medidas. A primeira consistia na criação da ORTN (Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional), medida que tornaria flexível as taxas de juros e estimulava a poupança. Tinha como objetivo desenvolver mercado de títulos públicos.

Foi criada em 31 de dezembro de 1964, a Lei 4.595/1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o conselho monetário nacional e dá outras providências. O CMN (Conselho

Monetário Nacional) e o BACEN (Banco Central do Brasil) eram ambos sistemas de controle monetário independente, sendo o primeiro responsável pela normatização da política monetária, e o segundo responsável pela execução da política monetária, além de cuidar da fiscalização e controle do sistema financeiro, ficando o Banco do Brasil com as funções de banco comercial.

A lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 instituiu a criação do SFH (Sistema Financeiro da Habitação) e do BNH (Banco Nacional da Habitação). Estes agentes, junto às Caixas Econômicas, as Sociedades de Crédito Imobiliário e as Associações de Poupança e Empréstimos, constituíram o sistema que corrigia a falta de financiamentos no setor. As cadernetas de poupança, o FGTS e as letras imobiliárias eram fontes de recurso que alimentavam este sistema (VASCONCELOS, GREMAUD e TONETO JÚNIOR, 1996).

Já a lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, tratava da disciplina do mercado de capitais e estabelecimento de medidas para o seu desenvolvimento. Surgia então uma nova estrutura institucional financeira, que determinava as atribuições às quais os bancos comerciais, financeiras e as demais instituições do setor deveriam seguir. Diversos incentivos foram criados para este segmento, destacando o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e a liberação da compra de cotas de fundo de ações com parcelas do Imposto de Renda. Os incentivos serviam como um mecanismo dinâmico e para o setor (VASCONCELOS, GREMAUD e TONETO JÚNIOR, 1996). Este sistema era alimentado com capital gerado pelos fundos fiscais, contas movimento e parte dos depósitos nos bancos comerciais.

2.3.3 A Reforma no Setor Externo

Esta tinha objetivos relacionados diretamente com o desenvolvimento econômico, visando melhorar as atividades de exportação e atrair capital estrangeiro, ao mesmo tempo, não permitindo que a economia sofresse pressões sobre a Balança de Pagamentos. Para que isso fosse possível, se fez necessária a criação de diversos incentivos fiscais que estimulavam às empresas a exportar em maior volume, além de tornar mais acessíveis os mecanismos públicos

ligados ao comércio internacional. Já no setor de importações, era necessário diminuir os volumes de entrada e estabelecer a política tarifária para controle. Nesse sentido foi adotado o sistema de minidesvalorização, pois a ideia era eliminar as distorções entre as inflações doméstica e internacional. Com relação à atração de capital estrangeiro, foi firmada a Aliança do Progresso, que se tratava da reaproximação com a política externa norte-americana. Além disso, foi efetuada a renegociação da dívida externa e feito um Acordo de Garantias para o capital estrangeiro. Esta reforma destaca um ponto importante na história da economia, quando teve início, a partir da Resolução nº 63, o processo de internacionalização financeira no Brasil.

3. BRASIL NA DÉCADA DE 1970

Este período foi marcado por um acontecimento que ficou conhecido como o Milagre Econômico do Brasil. O que aconteceu de fato foi uma enorme expansão da economia, ocasionada pelos excessos de financiamentos obtidos com capital estrangeiro e vantagens econômicas geradas pela eficaz estrutura instituída pelo PAEG. No entanto, o país não obteve um desenvolvimento efetivo, já que para tornar possível o crescimento econômico em curto prazo, o governo deveria concentrar seus esforços na economia, considerando que os fatores de desenvolvimento social e estrutural viessem a apresentar um bom desempenho em virtude dessa melhoria. A partir de 1974, o governo reagiu à crise mundial do petróleo e deu início a um novo plano de desenvolvimento estrutural voltado para o setor da indústria, utilizando como recurso, capital provindo do mercado externo. O resultado foram os desequilíbrios nos demais setores ligados à economia e a aceleração da dívida externa, que chegou a apresentar níveis catastróficos em 1980.

3.1 O milagre econômico

No final de 1967, o Brasil já apresentava sinais de recuperação e se mostrava pronto para uma nova etapa de desenvolvimento. A partir da

administração da política econômica de Antônio Delfin Netto, no governo do general Costa e Silva, em 1967, ficou estabelecido como medida para evitar o resurgimento da inflação, aplicar uma política monetária expansiva, tendo em vista que a queda da inflação gerava altos custos ao setor privado e o objeto era a retomada do crescimento da economia.

Enquanto isso no mercado externo, a oferta de capital era excessiva e as taxas de juro bastante atraentes, o que levou o governo a tomar empréstimos para financiar o setor privado, e por fim, promover o milagre. Aqui se atenta para a previsibilidade de desequilíbrio financeiro futuro apontado por Lacerda et al (2010), que critica a postura do governo em tomar empréstimo a curto prazo para o financiamento de déficits. (CRUZ, 1984, *apud* LACERDA *et al*, 2010, p.123) concorda: “Por outras palavras, a economia brasileira foi ‘capturada’, juntamente com várias outras economias, num movimento geral do capital financeiro internacional em busca de oportunidades de valorização.”. Mas essa era a proposta do governo, pois o milagre se faria na evolução do setor econômico num período curto.

O que caracterizou o milagre econômico brasileiro foi exatamente a revelação das altas taxas de crescimento do produto nacional no período de 1967 a 1973, o maior crescimento da história recente do país. O PIB apresentou crescimento médio de 11,2% ao ano, a indústria apresentou um bom desempenho, assim como as exportações, que quase triplicaram, as importações também apresentaram índices satisfatórios, mantendo o equilíbrio na balança comercial. Por outro lado, a dívida externa crescia e se acumulava ao longo do tempo.

Apesar de o milagre econômico promover um crescimento econômico considerável, não apresentou melhorias para grande parte da sociedade. Os aspectos relacionados à qualidade de vida do conjunto social foram comprometidos por diversos fatores, principalmente os diretamente ligados à relação entre concentração de renda e redução do valor real do salário mínimo. Porém, Vasconcellos, Gremaud e Toneto Junior (1996), apontam a observação feita por autores e especialistas sobre o assunto, que defendem a ideia de que todos tiveram um aumento na renda *per capita* e, conseqüentemente, uma

melhoria na condição de vida, porém os mais qualificados foram mais beneficiados com maiores salários.

3.2 O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)

Em 1973 o Brasil sofreu novamente os impactos da crise econômica mundial devido ao choque do petróleo, pois durante este período, o país mantinha um plano de expansão ainda dependente da economia externa. A inflação chegou a atingir a marca de 34,7% e foram registrados déficits na ordem de US\$ 6,5 bilhões no saldo balanço de pagamentos, em 1974, devido ao aumento das importações do petróleo (VASCONCELLOS, GREMAUD E TONETO JUNIOR 1996). Em meio a tudo isso, um novo cenário de crise política se instalava com a pressão de grupos de oposição ao governo militar, o que obrigaria o governo a tomadas de decisão imediatas.

Tendo em vista a possibilidade de esgotamento das reservas e as situações econômica e política no período, restam ao governo duas alternativas: optar pela contenção da demanda interna, na tentativa de impedir a evolução da inflação, ou financiar o crescimento econômico com empréstimos do mercado externo. Após analisar as alternativas, o governo de Ernesto Geisel decidiu por financiar o crescimento econômico, propondo uma nova estratégia de desenvolvimento, com investimentos voltados para o setor industrial, em especial, para empresas nacionais. O objetivo do governo era obter financiamento provindo dos excedentes de países exportadores de petróleo para investir na criação de novas empresas, priorizando os setores de energia, siderúrgico, petroquímico e de bens de capital, dos quais o país sofria grande dependência do mercado externo. Porém vale ressaltar sobre os riscos presentes nessa transação, já que o financiamento é oferecido em transação corrente, como explica Lacerda (2010, p. 135): “A deficiência desse esquema de financiamento está no fato de que os empréstimos eram concedidos a taxas de juros flutuantes, em uma conjuntura econômica mundial em que já não se praticavam as taxas reais praticamente negativas dos anos 1960”.

Mesmo tendo conhecimento dos riscos presentes, o governo deu início, a partir do ano de 1975, ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), elaborado pelo então ministro do planejamento Dr. João Paulo dos Reis Velloso, o que para Lacerda *et al* (2010, p. 133): “Foi a mais ampla e articulada experiência brasileira de planejamento após o plano de metas”. O objetivo principal do plano era superar os estrangulamentos estruturais no setor industrial, principalmente os setores de bens de produção e de bens de capital, além da implantação de empresas de energia, siderúrgicas, petróleo, fertilizantes e produtos químicos.

Apesar da continuidade do crescimento, os déficits se acumulavam rapidamente e aumentava os índices inflacionários, obrigando as autoridades responsáveis pela economia a desacelerar a implantação do plano, reduzindo as taxas de crescimento da indústria. Essa decisão refletiu em decréscimo nas taxas do PIB. A respeito do desempenho do II PND, Castro e Souza (1985 apud LACERDA *et al* 2010, p. 137) discorre:

O crescimento veloz, horizontal e tecnologicamente passivo dos anos 1968/73 teve abrupto fim em 1974. Dali por diante, em marcha forçada, a economia subiria a rampa das indústrias capital-intensivas e tecnológico-intensivas. A nova arremetida e, em particular, os investimentos integrantes da safra de 74 garantiram cinco anos de crescimento a uma taxa média elevada, pouco inferior, de fato, à taxa alcançada quando da implantação da indústria automobilística. A Mafalda experiência que marca o retorno de Delfim Netto ao poder (setembro de 1979) garantiu-lhe [ao país] mais um ano de rápido crescimento. Tomados em conjunto esses anos, verifica-se que de 1974 a 80 a indústria de transformação cresceu 7,1% ao ano, enquanto a indústria de bens de capital cresceu 8,5% ano.

Assim, a economia na década de 1970 finalizou seu ciclo de expansão deixando como herança para a nova década que se iniciava, déficits acumulados e projetos atrasados, além de estruturas econômicas, políticas e sociais inconsistentes.

4. CRISE DA DÉCADA DE 1980

A década de 1980 destaca as principais crises da economia brasileira. Entre elas, a recessão brasileira de 1981, causada pelo desequilíbrio na economia mundial ditada pelo segundo choque do petróleo. Devido a estes desajustes a economia brasileira sofre com a alta dos juros do mercado externo, estabelecendo uma situação de crise interna, causada mais uma vez por fatores externos. A crise da dívida externa também está relacionada diretamente aos acúmulos provindos de capital estrangeiro.

4.1 Recessão brasileira

A recessão brasileira compreende ao período de maior instabilidade econômica da história do Brasil. Este fenômeno se caracterizou principalmente pela condição financeira da época, quando todo o setor econômico sentiu os impactos da crise internacional que comprometia toda a conjuntura econômica externa.

Brum (1996) destaca quatro principais fatores complicadores da relação econômica entre o Brasil e o mercado internacional: o primeiro deles foi o segundo choque do petróleo, em 1979, que assim como em 1973, causou total desequilíbrio à economia externa. No Brasil, esse impacto foi sentido na balança comercial, já que o Brasil importava mais de 80% do petróleo consumido no país; O segundo complicador foi a recessão econômica dos países capitalistas potencialmente industrializados do Primeiro Mundo, entre o período de 1979 a 1982. Com a alta do petróleo, a tendência é de declínio no mercado mundial, o que prejudica muito o desempenho econômico brasileiro, já que há uma redução nos níveis de exportação, considerando ainda, as condições dos termos intercambiais, provocando redução nas taxas de exportação e aumentando as taxas de importação; O terceiro fator foi a elevação das taxas de juros no mercado externo, relacionados aos empréstimos feitos pelo Brasil até o ano de 1977. Essas taxas chegaram a atingir o equivalente a 21% em 1981, refletindo em um montante de US\$ 29 milhões da dívida para o Brasil no período de 1979 a 1984; O quarto fator foi a suspensão de novos empréstimos aos países

endividados do Terceiro Mundo, incluindo o Brasil. Brum (1996, p.228) define esse momento como: “o golpe final que leva o país ao colapso financeiro e à mais grave recessão dos últimos 40 anos”. Sem o apoio do FMI, cabia ao governo agora recorrer à economia interna, mas esta também se encontrava em declínio, considerado o fato de que os níveis de reservas haviam se esgotado e a inflação estava muito elevada, chegando a 110% em 1980.

O resultado da política recessiva se faz sentir em todo o sistema econômico. O PIB registrou queda de 4,3%, enquanto a balança comercial apresentou déficits de US\$ 2,8 bilhões em 1980, duas vezes maiores que os superávits, representados por US\$ 1,2 bilhão. O setor industrial também não teve um bom desempenho durante a recessão, em que o nível de produção sofreu queda na ordem 10 % no total, com 26,3% da indústria de bens de consumo e 19% no segmento de bens de capital (CARNEIRO *apud* LACERDA *et al*, 2010). No contexto das relações políticas, aumentava ainda mais a pressão dos grupos opositores ao governo militar, desta vez com participação mais intensa dos grandes grupos empresariais descontentes com o declínio nos níveis de produção. No que diz respeito aos aspectos sociais, Brum (1996, p. 233) chama atenção para os impactos causados pela recessão da economia brasileira:

Ao declínio econômico crescem-se as perdas sociais. Apesar do aprofundamento da política recessiva, a inflação se acelera, atingindo um novo patamar, 211% em 1983, quando nos três anos anteriores tinha permanecido em torno de 100%. Além da recessão, também a inflação, gerando a “estagflação”. O emprego declina e os salários sofrem perdas reais entre 20 a 30% em 1983 e 1984, perdas essas agravadas ainda mais pela corrosão inflacionária. Os assalariados, que haviam sido os menos beneficiados no período do crescimento acelerado, são agora as primeiras e maiores vítimas da recessão. Para manter o equilíbrio orçamentário, Delfim Neto, além de cortes nos orçamentos das empresas estatais, reduz sensivelmente também as verbas para a área social, como educação e saúde. De 1982 a 1984, por exemplo, as verbas reais para o sistema universitário federal sofrem redução de 30%. A recessão econômica prolonga-se do final de 1980 até meados de 1984. Nesses quase quatro anos o PIB *per capita* apresenta uma perda de 11%. Isso quer dizer que os brasileiros, em 1984, estão, em média, 11% mais pobres que em 1980. Para a maioria menos aquinhoadas significa a perda, em poucos anos, de limitadas melhorias econômicas arduamente conquistadas.

Somente a partir do ano de 1984, a economia começou a demonstrar sinais de recuperação. Com a economia norte americana novamente estabilizada,

as exportações voltaram a apresentar bom desempenho, principalmente as exportações de produtos primários, aproveitando a reação do setor agrícola.

4.2 Crise da dívida externa

O aumento do endividamento externo se constitui pela soma do montante formado por empréstimos do mercado externo e juros acumulados ao longo do período de crescimento acelerado da economia, a partir de 1979, e se estendeu por um período de cinco anos. Todo o contexto envolvendo a dívida externa se resume numa problemática cambial, dado pela incompatibilidade das economias de câmbio.

No cenário econômico interno a crise se estabelece pelo fato do Brasil ter acumulado um enorme montante de reservas internacionais, o que geraria um custo muito alto de manutenção. A partir do ano de 1974, as autoridades econômicas resolvem financiar os déficits em transações correntes, contribuindo para que a dívida líquida, que era de US\$ 6,2 bilhões em 1973, saltasse para US\$ 31,6 bilhões em 1978 (LACERDA *et al*, 2010). Atribui-se a esses números também os esforços para tornar possível a implantação do II PND, que usou do esquema de financiamento dos déficits da balança de pagamentos e de serviços com recursos externos. Segundo o autor, o governo era responsável pelo equivalente a 70% dos empréstimos feitos contra 30% do setor privado. O efeito desse endividamento é o declínio das taxas de investimentos, que caíram de 26,8% na década de 1970, para 17% na década de 1980, provocando a redução do ritmo de aumento da produtividade, além da redução da capacidade de poupança do setor público.

5. A ECONOMIA NOS ANOS DE 1990

A missão dos governos para esse período seria o eficaz combate à inflação. Os planos estabelecidos para a economia de 90 foram considerados programas de estabilização, pois desde o ano de 1985, atendendo entre tanto às orientações do FMI, a política econômica tem se apropriado desses planos de

ações para ser administrada. Foram cinco os principais programas de estabilização econômica: o Plano Cruzado, o Plano Bresser, o Plano Verão, o Plano Collor e o Plano Real, sendo este último, utilizado até os dias de hoje.

5.1 Plano Cruzado

Foi implantado em 1985, durante o Governo de José Sarney e consistia num conjunto de medidas de contenção da inflação, tratado parcialmente pelos mercados, enquanto a união tinha o controle das relações de preços, distribuição de renda e políticas de câmbio. As principais medidas adotadas foram: o congelamento de preços nos níveis praticados no dia da publicação do Decreto-lei, inclusive nos preços dos serviços; alteração da unidade do sistema monetário, passando a se chamar cruzado; substituição da ORTN pela Obrigação do Tesouro Nacional (OTN); congelamento de salários no segundo semestre do ano, congelados também em 807 cruzados; plano salarial para assegurar trabalhadores em condição de desamparo pelas empresas, desde que fossem desempregados sem justacausa; reajustes salariais automáticos sempre que a inflação alcançasse índices acima de 20%; modificação no crédito da caderneta de poupança e também de outros produtos bancários como CDBs e RDBs; mudanças no imposto de renda para estimular o alongamento de prazos; políticas de minidesvalorização do dólar; e criação de depósitos compulsórios sobre veículos e combustíveis, os chamados cruzadinhos. Houve a tentativa da implantação da segunda etapa do plano, que ficou conhecido como Plano Cruzado II. Porém, por se tratar de uma imposição fiscal consistindo na elevação dos impostos, provocou novamente o aumento da inflação e o plano veio a fracassar. A mudança da equipe econômica também contribuiu significativamente para o fim do plano.

5.2 Plano Bresser

Plano elaborado no segundo semestre de 1987, chefiado pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira juntamente com a nova equipe econômica do governo

José Sarney, tinha por objetivo conter o processo inflacionário que se reiniciara. No entanto, ao contrário do Plano Cruzado, o Plano Bresser encontrou uma economia em processo de desaceleração, cabendo apenas aplicar a política de estabilização por meio da redução salarial real, altas taxas de juros e elevação da taxa de câmbio. Suas principais medidas foram: congelamento de preços e salários por um prazo de três meses, objetivando a redução inflacionária, seguido de um período de flexibilização dos preços e salários com reajustes mensais, tudo para evitar desequilíbrios advindos da fase anterior; estabelecimento de um novo indexador, a Unidade Relativa de Preços (URP); reestruturação rigorosa das bases de políticas fiscal e monetária na tentativa de conter os déficits públicos e impedir o crescimento da demanda; correção da poupança feita pela Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) ou pela Letra do Banco Central (LBC). Em dezembro do mesmo ano o Ministro Bresser deixou o governo por não cumprir a meta de fazer a reforma fiscal. Durante o plano o índice inflacionário, que inicialmente registrava 25,87% (IGP), subiu para 36,56% (IGP), além de outros diversos equívocos cometidos, demonstrando toda a fragilidade desse Programa de estabilização (BRITO, 2004).

5.3 Plano Verão

O Plano Verão foi mais um Programa de Estabilização, anunciado em 1989 pelo terceiro Ministro do governo de José Sarney, Mailson da Nóbrega. Assim como os dois primeiros planos, tinha como estratégia básica, o congelamento de preços, salários e tarifas. O objetivo desse plano consistia numa nova reforma monetária, a segunda do período. Entre as medidas desse plano, se destacam: a criação do cruzado novo; criação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), em extinção à OTN; mudanças na correção da poupança; correção dos salários, aposentadorias e alugueis pela média real do último ano e congelamento; congelamento do dólar oficial, com paridade de US\$ 1,00 por NCz\$ 1,00; e desvalorização do câmbio 16, 38%. A economia brasileira, no entanto, sofreu a maior inflação do período, chegando a mais de 80% somente em fevereiro de 1990 (BRITO, 2004).

5.4 Plano Collor

Plano instituído pelo presidente Fernando Collor de Mello, em 1990, e se chamaria Plano Brasil Novo, mas ficou mais popular por Plano Collor. Suas principais medidas foram: a volta do cruzeiro, em extinção ao cruzado novo, sendo mantida a paridade da moeda; mecanismos para aumentar a arrecadação; facilitação da administração das importações e exportações; congelamento geral dos preços de bens e serviços; bloqueio dos ativos financeiros para pagamento de impostos sobre seu valor; congelamento dos salários, aposentadorias e alugueis. Se por um lado o governo Collor obteve ponto positivo por ter equilibrado as finanças públicas e aumentado as reservas para US\$ 8,5 bilhões, por outro, o cenário era de extrema recessão. O governo deu continuidade ao plano e criou o Plano Collor II, que previa: estabilizar o processo inflacionário; manter o equilíbrio das finanças públicas; privatização da economia e modernização do parque industrial. Ainda com todas as medidas colocadas em prática, os desajustes econômicos se faziam presentes. A inflação continuava apresentando-se irreduzível e o governo Collor, em meio a tantos escândalos, foi enfraquecendo, até que em outubro de 1992, sofreu o *impeachment* que tirou do poder o presidente Collor.

5.5 Plano Real

O Plano Real representa a melhor tentativa de estabilização econômica desde o Plano Cruzado. Auxiliado pela equipe formada por experientes economistas como André Lara Resende, Pêrsio Arida e Ademar Bacha, o plano teve início em 1994, no Governo de Itamar Franco, sucessor de Collor após o *impeachment*, sendo continuado durante os Governos de Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva, e prevalece até os dias de hoje, no governo de Dilma Rousseff. A princípio, o Plano Real se fez em três etapas: a primeira delas, estabelecer equilíbrio das contas do governo na tentativa de eliminar a principal causa da inflação; a segunda parte seria a criação da Unidade Real de Valor

(URV), um padrão estável de valor; e a terceira, criação de uma nova moeda estável, o Real. As bases de política econômica, principalmente as políticas monetária e fiscal aplicadas com rigidez garantiram o sucesso do plano, ainda que tenha comprometido o ritmo de crescimento econômico, o que é normal dentro de um programa de estabilização.

O aspecto negativo, no entanto, reflete diretamente na questão social de aproximadamente 30% da população economicamente ativa: o aumento do índice de desemprego, que dobrou em quatro anos, registrando 4% em 1994, contra 8% em 1998 e caindo gradualmente durante o segundo mandato de Fernando Henrique, mas ainda registrando índices acima de 7% (BRITO, 2004).

Considerações finais

Para o Brasil, a interdependência econômica causou atrasos em sua evolução como país economicamente sustentável, já que dependia de países potência desenvolvidos ditando o ritmo da economia mundial. Essa predominância, herança da época colonial, esteve presente até mesmo durante o Processo de Substituição de Importações, quando o país criou projetos para reestruturar a indústria nacional e atender a demanda interna. Aos poucos, os impactos econômicos causados por essa predominância foram minimizados, ainda que tardio, e logo foram implantados outros planos para garantir o início do desenvolvimento da estrutura e conjuntura da economia brasileira.

Aliado a tudo isso, destaca-se também os diversos equívocos cometidos pela má administração econômica da época. Diversos Planos não foram bem executados devido a problemas administrativos, seja de ordem política ou partidária, ou de ordem estrutural, concentrando os esforços para atender apenas a interesses próprios ou de parte de uma célula, como o Golpe Militar de 1964, por exemplo. Os aspectos e regimentos das políticas ao longo da história também influenciaram muito na maneira de se administrar a economia, fosse essa administração bem ou mal conduzida. Os últimos programas de estabilização da década de 90 foram responsáveis pela manutenção de boa parte do sistema

econômico. A inflação, como já haviam alertado alguns especialistas, foi caracterizada como inercial, o que possibilitou às autoridades econômicas tratarem este fenômeno com mais rigor.

Atualmente a situação econômica do Brasil pode ser considerada estável. A inflação está controlada e o país garante hoje o *status* de sexta maior economia do mundo, como afirmam especialistas em economia. Vale ressaltar ainda que, diferente de outras épocas, os impactos das crises mundiais já não são sentidos com tanta intensidade pelas famílias brasileiras, o que é positivo para o setor de produção, cada vez mais aquecido para atender as grandes demandas. Em resumo, a economia brasileira se apresenta estruturada e sólida, concretizando o processo de evolução positiva, com melhores condições de vida para todos os brasileiros.

Referências bibliográficas

BRITO, Paulo. **Economia brasileira**: planos econômicos e políticas econômicas básicas. São Paulo: Atlas, 2004. (p. 13-31)

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 1996. (p. 17-256)

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira**. 5 ed. Rio de Janeiro: LCT- Livros Técnicos e Específicos Editora, 1988. (p.104-247).

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (p.251-285).

LACERDA, Antônio Correia de et al. **Economia brasileira**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. (p. 4-293).

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2003. (p. 29-714).

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia**: micro e macro. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008. (p. 1-2).

_____. GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**: para cursos de economia e administração. São Paulo: Atlas, 1996. (p. 9-290).

_____. ENRIQUEZ GARCIA, Manuel. **Fundamentos de economia**: micro e macro. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2008. (p. 1-17).

IPEA - Instituto Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/livros/anibal/Parte%201/4_A%20Grande%20Depressao.pdf Acesso em 14/03/2012.

Ministério do Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161> Acesso em: 16/03/2012.

Presidência da República - Casa Civil. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm Acesso em: 04/06/2012.

Planos e política econômica - **II PND Plano Nacional de Desenvolvimento** 1975-9 Governo Geisel, BNDE, 1975, Disponível em: http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/5bd/2br/3plans/1974II-PND/pdf/II-PND.pdf Acesso em: 04/06/2012.